

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS / UFAL
INSTITUTO DE COMPUTAÇÃO / IC

Ata da Reunião Plenária Extraordinária do Instituto de Computação da UFAL, realizada em 19 de março de 2018.

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, na sala de Reuniões do Instituto de Computação, reuniu-se o Pleno do IC, sob a presidência do Diretor do IC, Professor Marcus de Melo Braga, com a presença dos professores: Ícaro Bezerra Queiroz de Araújo, Lucas Benevides Viana de Amorim, João Raphael Souza Martins, Ranilson Oscar Araújo Paiva, Balduino Fonseca dos Santos Neto, Marcelo Costa Oliveira, Heitor Judiss Savino, Petrucio Antonio Medeiros Barros, Fábio Paraguaçu Duarte da Costa, Tiago Figueiredo Vieira, Olival de Gusmão Freitas Júnior, Xu Yang, Roberta Vilhena Vieira Lopes, Leandro Dias da Silva, Alcino Dall' Igna Júnior, Rodrigo José Sarmento Peixoto, Evandro de Barros Costa, Almir Pereira Guimarães, Márcio de Medeiros Ribeiro, Davi Bibiano Brito, Willy Carvalho Tiengo, Thiago Damasceno Cordeiro, André Luiz Lins de Aquino, Leonardo Viana Pereira, Fábio José Coutinho da Silva, Rodrigo de Barros Paes, da discente Eduarda Tatiane Caetano Chagas, representante do Diretório Acadêmico do IC, e dos técnico-administrativos Simone Cavalcante de Oliveira, Laelson Batista Vilela e Marcelo de Gusmão, tendo como pauta: 1) Homologação dos resultados das eleições dos Colegiados de Graduação de Engenharia de Computação e Sistemas de Informação; 2) Criação de grupo de pesquisa; 3) Solicitação de atividade esporádica de docente; 4) Eleições para as Coordenações Administrativas do IC; 5) Oferta de novas turmas de Sistemas de Informação; 6) Afastamento de docentes para eventos científicos (critérios de distribuição de recursos financeiros); 7) Segurança no Campus (posição do IC); 8) Políticas de Uso dos Recursos Computacionais do IC e 9) Outros assuntos. O Senhor Presidente iniciou a Sessão, em seguida, apresentou a pauta e alguns informes. Continuando, explanou sobre os problemas relacionados à segurança do campus da UFAL. Ele informou que pediu ajuda ao Diretório Acadêmico do Instituto de Computação (DIACOM) para obter o posicionamento dos alunos, considerando que ocorrências de assaltos no campus também atingem o corpo discente da universidade. O Diretor reportou que o DIACOM realizou uma consulta aos alunos do IC, por meio de formulário eletrônico, da qual participaram duzentos e cinco alunos, com noventa e dois por cento deles favoráveis à presença da Polícia Militar (PM) no campus da UFAL. O Diretor argumentou sobre a possibilidade da iniciativa do policiamento reduzir significativamente o volume de assaltos, considerando que a segurança privada é direcionada à preservação do patrimônio da universidade e a UFAL não dispõe de vigilância com agentes de segurança, como em outras IFES. O Diretor disse, ainda, que não via alternativas a não ser a realização de rondas da PM para, pelo menos, tentar inibir a ação de criminosos. Na sequência, tratando da comissão de diagnóstico da pós-graduação do IC, o professor Rodrigo Peixoto, na condição de mediador, relatou sobre a realização da primeira reunião oficial da comissão e a visita à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPEP). Ele também reportou que a comissão estava coesa e atuante e aguardava o resultado da consulta à PROPEP sobre os caminhos a serem seguidos pela pós-graduação do Instituto. Na oportunidade, o mesmo docente enfatizou que estavam surgindo idéias muito boas e pediu, em nome da comissão, a prorrogação do prazo para a apresentação do relatório, justificando que a comissão precisa de mais tempo para refletir e tomar decisões bem pensadas, tendo em vista que envolve o futuro do IC. O professor Evandro Costa afirmou que a realização de mais uma reunião seria suficiente. O Diretor sugeriu o prazo até o dia seis de abril. O Professor Rodrigo Peixoto anunciou que a comissão está trabalhando com as seguintes possibilidades: 1) fundir os dois programas; 2) fechar um dos programas e 3) transferir a responsabilidade por um dos programas a outra unidade acadêmica. O professor Evandro Costa frisou que o IC não tem condições de bancar dois programas de pós-graduação e ponderou sobre a questão relacionada à possibilidade de autorização de fusão de programas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O mesmo docente informou sobre a sugestão da comissão à PROPEP de oficializar consulta à CAPES e que o professor Davi Brito verificou a existência de diversos casos de autorização de fusão de programas pela referida Instituição. O professor Evandro Costa ainda ressaltou que a comissão pretende apresentar um relatório com propostas tecnicamente viáveis. Segundo o mesmo docente, a ideia de

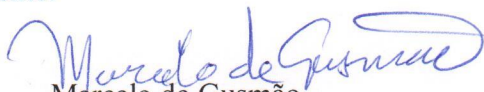
56 solução terá como objetivo tornar a pós-graduação forte, a partir de discussões muito críticas e com
57 vistas no doutorado. O professor Rodrigo Peixoto destacou a presença de núcleo sólido de pesquisa
58 do IC na formação da comissão e a premissa de buscar obter uma decisão unânime, com
59 possibilidades de acompanhamento da sua execução. O professor Evandro Costa destacou que a
60 comissão está tratando o problema da pós-graduação do IC com muita discussão e cuidado e
61 pretende trazer um conjunto de informações claras para gerar discussões no Pleno, tendo como
62 principal preocupação o futuro do Instituto de Computação. Na oportunidade, o professor Rodrigo
63 Peixoto sugeriu a inserção de professores de Engenharia de Computação nos quadros de docentes
64 dos programas de pós-graduação do Instituto. Após discussões, foi aprovada por unanimidade a
65 prorrogação do prazo de entrega do relatório da referida comissão para o dia seis de abril.
66 Continuando, o Diretor apresentou os resultados das eleições das coordenações de Engenharia de
67 Computação e Sistemas de Informação e das composições dos Núcleos Docentes Estruturantes
68 (NDEs) das referidas graduações, os quais foram aprovados, respectivamente, pelo Pleno por
69 unanimidade. Tratando do segundo ponto da pauta, o Senhor Presidente submeteu à apreciação do
70 Conselho do Instituto documentação relacionada à solicitação de anuência do IC para a criação do
71 Grupo de Pesquisa “iCAD – Artificial Intelligence Applied to Computer - Aided Diagnosis”,
72 liderado pelo professor Marcelo Costa Oliveira. O Diretor perguntou se havia algum
73 questionamento ou discussão relacionada ao referido pedido de anuência. Não havendo
74 questionamento, o Pleno decidiu, em votação, pela aprovação da criação do referido Grupo de
75 Pesquisa, com a abstenção do professor Marcelo Costa Oliveira. Em seguida, o Senhor Presidente
76 apresentou o pedido de autorização para realização de atividades esporádicas do professor Rafael de
77 Amorim Silva. O Diretor esclareceu que o referido docente está legalmente afastado para pós-
78 doutorado e recebeu uma oportunidade para prestar consultoria, com carga horária total de oitenta
79 horas, abaixo do máximo permitido de cento e vinte horas, durante o período do seu afastamento
80 para o pós-doutorado. O professor Thiago Cordeiro solicitou informações sobre o significado do
81 pós-doutorado para a carreira docente. Após o esclarecimento da Direção, o mesmo docente
82 questionou se a autorização em pauta poderia prejudicar a pesquisa de pós-doutorado do professor
83 Rafael Silva. O professor Rodrigo Peixoto ponderou que a consultoria poderá até contribuir para
84 validar a pesquisa, caso estejam alinhadas, e afetá-la se as áreas forem distantes. O referido docente
85 defendeu que oitenta horas esporádicas não causarão impactos nos resultados das pesquisas e as
86 atividades poderão servir de incentivo à evolução do trabalho do pesquisador. O professor Marcelo
87 Oliveira perguntou se o orientador da pesquisa autorizou a realização da consultoria. O professor
88 Fábio Paraguaçu argumentou que o Pleno autorizou o afastamento para o pós-doutorado e que o
89 erário estava pagando para a execução do plano de trabalho autorizado e não para desenvolver
90 atividade não prevista no plano. O professor Evandro Costa manifestou preocupação com aspectos
91 legais envolvendo a realização de atividades esporádicas em paralelo com o afastamento para o pós-
92 doutorado e sugeriu buscar esclarecimentos sobre a legalidade nas normas da UFAL. O mesmo
93 docente argumentou que o Instituto precisava de instrumentos para respaldar a decisão e que achava
94 perigoso deliberar sem uma orientação relacionada aos aspectos legais e à conexão entre o trabalho
95 a ser realizado junto à empresa e a pesquisa desenvolvida no pós-doutorado. O professor Márcio
96 Ribeiro propôs observar o regulamento da bolsa e perguntar ao professor Rafael de Amorim se ele
97 verificou tal regulamento. Diante das discussões, o Diretor ponderou que os fatores surgidos davam
98 respaldo para que o Pleno não deliberasse sobre esse assunto agora. Com relação ao quinto ponto de
99 pauta, o Diretor falou do prazo para informar à Coordenadoria Institucional de Educação a
100 Distância (CIED) se o IC continuará ou não ofertando o curso de Sistemas de Informação a
101 Distância. Na oportunidade, o Presidente relatou sobre as dificuldades para manter o referido curso,
102 relacionadas à insuficiência de quadro de professores e incertezas quanto à continuidade da oferta
103 de bolsas para docentes. Diante do cenário de dificuldades apresentado, o Diretor ponderou sobre a
104 possibilidade de suspender a oferta de novas turmas do curso de Sistemas de Informação (SI) a
105 Distância. O professor Davi Brito informou que o Edital da CAPES, do Programa Universidade
106 Aberta do Brasil, Edital CAPES nº 05/2018, estabelece um quantitativo mínimo de cinco polos por
107 oferta. Na oportunidade, o professor Fábio Paraguaçu historiou que o curso de SI iniciou como um
108 projeto do IC, aprovado pelo CONSUNI, sendo de responsabilidade do Instituto de Computação. O
109 mesmo docente ressaltou que o Instituto não deveria se submeter a qualquer determinação da CIED,

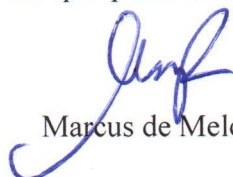


110 a qual resolveu encampar o curso de SI como suposta medida de transparência. O professor Fábio
111 Paraguaçu salientou que uma seleção de docentes para o curso de SI só faria sentido se fosse para
112 atender demandas de disciplinas externas às áreas de estudos do IC e que o cargo de professor
113 bolsista não existia. Ele comentou que achava estranho o fato de professores que ingressaram no IC
114 por concurso público para a vaga da EAD terem que ser submetidos à realização de novo processo
115 seletivo para ministrar disciplinas do referido curso e argumentou que a alocação de professores que
116 não pertencem ao quadro do IC tem resultado em deterioração do corpo docente do curso e
117 enfatizou que o Instituto é quem responde pelo curso junto à CAPES. O professor Marcelo Costa
118 Oliveira sugeriu convidar a Coordenação da CIED para conversar com o Pleno do IC e prestar os
119 esclarecimentos necessários sobre questões relacionadas às responsabilidades envolvendo a oferta
120 do curso de graduação a distância. O Diretor propôs não ofertar novas turmas até haver mudança de
121 cenário. O professor Lucas Benevides lembrou que o IC decidiu anteriormente manter o curso com
122 apenas um pólo. O Diretor reiterou sugestão de sustar a participação do IC no edital até que haja um
123 cenário mais favorável. Após discussões, o Pleno decidiu em votação, por unanimidade, pela
124 suspensão provisória da oferta de novas turmas do curso de Sistemas de Informação a Distância.
125 Foi, então, decidido que o IC não submeterá proposta de curso de graduação a distância à CAPES,
126 deixando de participar do próximo edital de seleção de novas turmas. Na sequência, o Presidente
127 explanou sobre a cobrança de norma para utilização de recursos computacionais do IC, ocorrida
128 durante o processo de recredenciamento da UFAL. Na oportunidade, o professor Davi Brito relatou
129 problemas ocorridos com reserva e utilização de salas do IC por professores de outras unidades
130 acadêmicas para realizar atividades não relacionadas ao Instituto, fora do horário do fechamento do
131 prédio, comprometendo a segurança das instalações e equipamentos do IC. O professor Márcio
132 Ribeiro destacou a gravidade dos fatos relatados e alertou para a necessidade de obrigar a
133 solicitação de autorização de reserva de salas por professores. Após discussões, a política de uso de
134 laboratórios do Instituto de Computação foi aprovada por unanimidade, com a inclusão de cláusulas
135 para exigir o prévio agendamento e aprovação da utilização de salas do IC. Retornando à questão da
136 segurança do campus, o Diretor reiterou que na pesquisa para apurar a opinião dos alunos do IC, de
137 duzentos e cinco participantes, noventa e dois por cento foram favoráveis à presença da polícia no
138 campus. Após discussões, o Pleno aprovou por unanimidade a idéia de propor presença da PM no
139 campus da UFAL, em votação solicitada pela Direção do IC, para fins de apresentar à reitoria uma
140 posição oficial do Instituto com relação à segurança no campus da universidade. Continuando, o
141 Senhor Presidente informou sobre a necessidade de escolha de novos representantes para assumir a
142 coordenação de Extensão, Pesquisa e Inovação; a Comissão de Auto Avaliação (CAA); o Núcleo de
143 Informática Aplicada à Educação; a coordenação de Laboratórios e as coordenações de Monitoria e
144 de Estágio. O Diretor solicitou a inscrição de candidatos aos cargos em pauta. Na oportunidade, o
145 professor Alcino destacou que, com a curricularização da extensão, a coordenação de extensão
146 precisa atuar junto aos NDEs. Após esclarecimentos e discussões, o Senhor Presidente submeteu à
147 deliberação do Pleno a homologação dos nomes inscritos para compor os respectivos órgãos. Na
148 sequência, o Pleno homologou, com uma abstenção, a composição da Coordenação de Extensão,
149 tendo como Coordenadora a professora Roberta Vilhena Vieira Lopes e Vice-Coordenador o
150 professor Fábio Paraguaçu Duarte da Costa. Para a coordenação de Pesquisa e Inovação foram
151 aprovados, com uma abstenção, os professores Alan Pedro da Silva e Marcelo Costa Oliveira,
152 Coordenador e Vice, respectivamente. Em seguida, o Pleno aprovou por unanimidade os
153 representantes docentes: Olival de Gusmão Freitas Júnior, Petrucio Antônio Medeiros Barros e
154 Arturo Hernández Domínguez; o representante técnico administrativo Laelson Batista Vilela e a
155 representante discente Eduarda Tatiane Caetano Chagas, para a Comissão de Auto Avaliação (CAA)
156 do IC. Com relação ao Núcleo de Informática na Educação Superior (NIES), o diretor esclareceu
157 que o mesmo continua existindo e pode ensejar atividades acadêmicas do IC, inclusive abrigar
158 atividades de educação a distância, caso haja necessidade, por ser prerrogativa regimental. O
159 professor Rodrigo Peixoto argumentou que as pessoas que assumem cargos no IC são as que têm
160 mais presença em plenárias, como se fosse uma forma de bonificação para os ausentes. O mesmo
161 docente afirmou que achava tal procedimento injusto e sugeriu que as pessoas ausentes também
162 fossem indicadas para assumir cargos e convencidas a comparecerem às reuniões plenárias. Na
163 oportunidade, o professor André Aquino argumentou que a distribuição de carga horária do IC era

164 uma questão antiga e que as referidas coordenações são estratégicas para o Instituto e precisam de
165 pessoas com interesse em trabalhar. Ele sugeriu adotar um pensamento estratégico, ao invés de
166 pensar em atitudes de penalização, e definir a carga horária mínima de docentes. Seguiram-se
167 questionamentos e discussões relacionadas às ausências em reuniões plenárias. O professor Willy
168 Tiengo argumentou que as justificativas de ausência deveriam ser submetidas à aprovação do Pleno.
169 O professor Balduino recomendou estabelecer como prioridade a definição de carga horária total e
170 aplicar rotatividade na distribuição de carga horária de docente. Em seguida, o professor Alcino
171 reportou que alguns procedimentos administrativos não atentam para aspectos de risco, como no
172 caso da coordenação de estágio, que envolve responsabilidade trabalhista e pode gerar problemas
173 para a universidade e para o IC, pelo descumprimento de regras da legislação pertinente. O mesmo
174 docente ponderou que a assinatura de contratos implica em assumir compromissos. O professor
175 Lucas Benevides sugeriu que na próxima plenária fosse discutida a criação de uma comissão de
176 estudo de carga horária. Após discussões, o Pleno aprovou por unanimidade o nome do professor
177 Alcino Dall' Igna Júnior para a Coordenação do NIES, tendo como Vice-Coordenador o professor
178 Marcus de Melo Braga. O Pleno também aprovou por unanimidade a composição da Coordenação
179 de Laboratórios do IC, tendo como titular o professor Ícaro Bezerra Queiroz de Araújo e Vice-
180 Coordenador o professor João Raphael Souza Martins, juntamente com o representante docente
181 Davi Bibiano Brito; o representante técnico Lucas Benevides Viana de Amorim e discente Vanessa
182 Soares Vieira. Continuando, o Diretor informou sobre a necessidade de revisar o regimento interno
183 do IC e de renovação da coordenação de monitoria, esclarecendo sobre as atividades desenvolvidas
184 pelo coordenador de monitoria. O professor Willy Tiengo destacou que a monitoria é de interesse
185 dos cursos de graduação e sugeriu que talvez valesse a pena articular com os colegiados das
186 graduações a fim de escolher um professor para assumir a coordenação de monitoria, podendo o
187 mesmo ser indicado pela direção, uma vez que isso não contraria o regimento do IC. O Pleno
188 aprovou por unanimidade a proposta de articular com os colegiados a indicação de pessoas com
189 trânsito nos cursos de graduação para a coordenação de monitoria do IC. Com relação à
190 coordenação de estágio, o professor Rodrigo Peixoto argumentou que o componente curricular
191 estágio supervisionado é registrado como uma disciplina e que seria complicado mudar agora a
192 coordenação. O mesmo docente sugeriu que as coordenações de estágio das três graduações sejam
193 indicadas pelos respectivos colegiados. O Pleno acatou a referida sugestão, por unanimidade.
194 Continuando, o Senhor Presidente noticiou sobre a necessidade de indicar a banca examinadora
195 para o concurso de professor substituto do IC na área de estudo Computação Básica e Estatística.
196 Foi, então, homologada por unanimidade a banca examinadora formada pelos professores Ranilson
197 Oscar Araújo Paiva, Petrucio Antonio Medeiros Barros e André Luiz Lins de Aquino, tendo como
198 suplentes a professora Roberta Vilhena Vieira Lopes e o professor Alcino Dall' Igna Júnior e como
199 supervisor o professor Davi Bibiano Brito. Dando sequência, o Diretor sugeriu a definição de uma
200 lista provisória de docentes para, em caso de prazo exíguo, ter o respaldo do Conselho do IC na
201 composição da banca examinadora do concurso público para professor efetivo do Instituto na área
202 de estudo de Ciência da Computação, regido pelo Edital nº 16. Após discussões, o Pleno aprovou
203 por unanimidade a lista formada pelos professores Evandro de Barros Costa, Fábio Paraguaçu
204 Duarte da Costa, Leonardo Viana Pereira, Leandro Dias da Silva, Márcio de Medeiros Ribeiro,
205 André Luiz Lins de Aquino, Marcelo Costa Oliveira, Fábio José Coutinho da Silva e Rodrigo de
206 Barros Paes, tendo como supervisor o professor Davi Bibiano Brito. Continuando, o Diretor falou
207 da dificuldade para aprovar afastamento de docentes para participar de eventos científicos com
208 concessão de diárias, passagens e inscrição, simultaneamente. Ele afirmou que ao fazer o pedido de
209 afastamento, o proposto precisa estar ciente da possibilidade de assumir um ou todos os ônus e que,
210 devido o valor insuficiente de recursos do Instituto, torna-se necessário estabelecer critérios de
211 distribuição, sendo inviável a participação em eventos acadêmicos utilizando ao mesmo tempo
212 diárias, passagens e inscrição. O professor André Aquino informou que as agências de fomento
213 restringem o pagamento de inscrições e sugeriu uma discussão entre as coordenações de pós-
214 graduação e a direção para trabalhar em conjunto os critérios para a utilização de recursos do IC,
215 pensando na possibilidade de viabilizar a inscrição em eventos e trazer pessoas de fora para a
216 realização de atividades no Instituto. Após discussões, o Conselho do IC aprovou por unanimidade a
217 proposta de articulação da direção com as coordenações de pós-graduação para definir critérios de

218 utilização de recursos do IC para a participação de docentes em eventos científicos. Na
219 oportunidade, o professor Rodrigo de Barros Paes compartilhou experiências sobre trabalho com
220 aluno portador de necessidades especiais, propondo a interação por meio de aplicativos eletrônicos
221 de comunicação como forma eficiente de melhorar o processo de participação. O professor Fábio
222 Paraguaçu afirmou que o IC precisa de maturidade para tratar casos de pessoas com necessidades
223 especiais, aumentar a cultura de viabilizar a permanência desses alunos nos cursos e convidar
224 especialistas. E, não havendo mais nada a ser tratado, o Senhor Presidente encerrou a reunião da
225 qual eu, Marcelo de Gusmão, secretário, lavrei a presente ata que passo a assinar com o Senhor
226 Presidente.

227 
228 Marcelo de Gusmão
229


Marcus de Melo Braga